

+museu

Boletim do Museu Municipal de Palmela | n.º 32 - mai. 2026

Editorial

Celebram-se, em 2026, os 50 anos da Constituição da República Portuguesa em Democracia, no dia 2 de abril, e das primeiras eleições para o Poder Local Democrático, a 12 de dezembro. A Câmara Municipal de Palmela desenhou um programa comemorativo destas efemérides, do qual faz parte a exposição “50 anos de Democracia: Constituição e Poder Local Democrático”, inaugurada a 1 de abril e patente até 31 de março de 2027, na Biblioteca Municipal de Palmela. A mostra sublinha a materialização dos conceitos constitucionais no território, neste meio século. É uma homenagem à transformação de ideais em caminhos, de artigos em serviços e de cidadãs/ãos em agentes ativos da sua própria história. O programa pedagógico associado à exposição, destinado à comunidade educativa do Concelho, pretende mobilizar alunas/os e docentes a visitar, conhecer e refletir sobre a importância da Democracia para que sejam, também, promotoras/es destes ideais. O primeiro artigo deste boletim apresenta, precisamente, a exposição, num convite à visita.

No segundo artigo, damos a conhecer uma das coleções do Museu Municipal de Palmela, de entre as cerca de 1.500 peças do seu acervo, centrada na Escola Pública. Está patente na sua reserva museológica, espaço ímpar de salvaguarda do património e da memória do território.

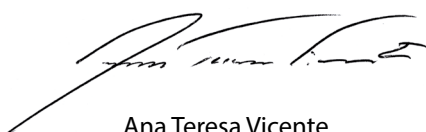
Segue-se uma viagem no tempo, à época romana, para abordar um dos sítios arqueológicos mais importantes do Concelho, o “Olho da Telha”, na Herdade de Rio Frio, testemunho da importante e muito significativa produção oleira.

Já no século XIV, confrontamo-nos com um difícil período de pestes, fome, situações de chuva abundante, intercalados com seca, que fragilizavam uma economia que vivia da terra. É neste contexto complexo que surge a Carta de Privilégio aos Moradores da Póvoa da Marateca, redigida a 16 de abril de 1310, texto que dá corpo ao quarto artigo.

Para concluir, falamos da exposição “Angola: Saberes em Movimento”, que esteve patente até 10 de maio na Igreja de Santiago, no Castelo de Palmela, dando conta do papel de relevo da população africana na produção de conhecimento científico, nomeadamente, durante as expedições europeias.

São muitas, e boas, as razões para a leitura deste número, que lançamos a 18 de maio, dia que assinala, internacionalmente, a importância dos Museus como espaços de Democracia e de Conhecimento.

A Presidente da Câmara



Ana Teresa Vicente



50 ANOS DE DEMOCRACIA: CONSTITUIÇÃO E PODER LOCAL

No passado dia 1 de abril de 2026, o Município de Palmela abriu as portas da exposição inserida nas comemorações dos 50 anos da Constituição da República Portuguesa e das primeiras eleições livres autárquicas, fundamentais para o Poder Local Democrático.

A Constituição da República Portuguesa foi aprovada a 2 de abril de 1976, e decorreu da intenção declarada de criação de uma Democracia por parte do Movimento das Forças Armadas que, a 25 de Abril de 1974, dando expressão ao desejo do país, derrubou um regime baseado no partido único, na limitação de direitos e liberdades da população e na continuidade de uma guerra colonial sem fim à vista.

25 de Abril

Esta é a madrugada que eu esperava
O dia inicial inteiro e limpo
Onde emergimos da noite e do silêncio
E livres habitamos a substância do tempo

Sophia de Mello Breyner Andresen

A Constituição da República Portuguesa é a lei mais importante do país, à qual todas as outras se devem subordinar. A nossa lei fundamental autorregula a sua própria revisão pela Assembleia da República (artigos 288.º e 289.º): foi revista sete vezes entre 1982 e 2005.

Com o 25 de Abril e com a aprovação da Constituição de 1976, a organização do Estado Português assenta em quatro Órgãos de Soberania: Presidente da República, Assembleia da República, Governo e Tribunais. Todos eles asseguram a separação e independência de poderes, num sistema de República Constitucional Unitária Semipresidencial.

A República Portuguesa é um Estado de Direito Democrático, com soberania popular, cujo território contempla os distritos do território continental e as regiões autónomas, que se dividem em concelhos, em cuja sede estão as câmaras municipais, e estes são constituídos por freguesias. Atualmente, o número de concelhos é de 308 e o número de freguesias, após uma relativamente recente reforma administrativa, é de 3091.

A organização do sistema administrativo local está estabelecida na Constituição de 1976. As autarquias locais compreendem, a nível do município, uma assembleia eleita dotada de poderes deliberativos – a Assembleia Municipal – e um órgão executivo colegial perante aquela responsável (artigo 239.º), isto é, a Câmara Municipal formada pelo Presidente de Câmara e Vereadores (artigos 250.º, 251.º e 252.º).



A nível das Freguesias, os órgãos representativos são a Assembleia de Freguesia (órgão deliberativo) e a Junta de Freguesia (órgão colegial executivo), nos termos dos artigos 244.º, 245.º e 246.º. Os órgãos municipais e de freguesia são eleitos a partir de listas fechadas, propostas pelos Partidos Políticos ou grupos de independentes.

A democratização não se limitava à concessão de direitos políticos - garantia de voto, liberdade de reunião e associação, liberdade de imprensa e expressão. Exigia a garantia de um conjunto de direitos sociais e «uma relativa igualdade económica, cultural e social, que permitisse uma participação política alargada da população».

Os compromissos do 25 de Abril com a transformação social e política no país, assentes nos pilares da Democratização e do Desenvolvimento, sustentaram-se, em grande parte, na ação popular e na articulação desta com o Poder Local saído das eleições autárquicas de 1976.

Ao longo destes 50 anos, o Município de Palmela desenvolveu um vasto conjunto de atividades que, direta ou indiretamente, garantem o exercício pleno de direitos e deveres fundamentais consagrados na Constituição, como:

- Direito de sufrágio e a liberdade de expressão;
- Direito à vida, à família, ao trabalho e à segurança social;
- Liberdade de associação e participação na vida pública;
- Acesso à educação, à cultura e conhecimento e à criação cultural;
- Preservação do património cultural;
- Direito à saúde, à cultura física e ao desporto;
- Promoção da inclusão social e voluntariado;
- Direito à habitação, urbanismo, ambiente e qualidade de vida.

Numa primeira fase, destes 50 anos, os eleitos locais centraram a sua atividade na superação dos défices locais ao nível das infraestruturas, em particular alargando as redes de abastecimento de água, a cobertura de saneamento básico, a recolha e tratamento de resíduos sólidos e a abertura e manutenção das estradas e caminhos municipais. Também nos primeiros anos da Democracia, especialmente em centros urbanos, constituíram-se “organizações populares de base”, fundadas na auto-organização e com uma natureza voluntária que, mais tarde, viriam a ser convertidas em “comissões de moradores” aquando da Revisão Constitucional de 1989. Representaram um espaço de vitalidade cívica no período de transição para a democracia, ascendendo a mais de três dezenas no concelho de Palmela, em inícios da década de 80. Disso é exemplo a Comissão de Moradores da Cascalheira que, em 1980, em colaboração com a Junta de Freguesia de Pinhal Novo e a Câmara Municipal de Palmela, efetuou diversas obras (abastecimento domiciliário de água, abertura de arruamentos, construção de um parque infantil, entre outras).

A partir do 25 de Abril, a Câmara Municipal de Palmela atuou nas mais diversas áreas em todo o Concelho, de acordo com as necessidades de mais urgente resolução Deu prioridade à construção ou reparação de estradas e arruamentos, jardins e parques, abastecimento de água, eletrificação, saneamento básico, rede viária, limpeza, parque escolar, habitação..., mas também a domínios tão diversos como o planeamento urbano, a habitação social e os transportes e a matéria de políticas sociais, em particular aos setores da educação, ação social, ambiente, desporto e cultura.



Estas linhas temáticas conduzem os visitantes pela exposição, centrada numa seleção de artigos fundamentais da Constituição da República Portuguesa, aprovada a 2 de abril de 1976, articulados com a sua realização prática no concelho de Palmela através de obras e programas de ação decorrentes dos atos eleitorais autárquicos em democracia a partir das primeiras eleições para os municípios e freguesias em dezembro de 1976.

A exposição, constituindo recurso pedagógico em destaque no Serviço Educativo do Museu e Biblioteca no ano letivo 2026/27, divide-se em 12 grandes áreas e estará patente na sala de exposições da Biblioteca Municipal de Palmela, de 2 de abril de 2026 a 2 de abril 2027. A programação pedagógica desta exposição foi pensada para todos os níveis de ensino, desde a educação pré-escolar ao ensino secundário, incluindo o ensino noturno, com abertura ao ensino universitário. Para cada nível, a visita é adaptada à faixa etária e aos conteúdos curriculares.

A programação estende-se à comunidade em geral através dos Embaixadores da Exposição, uma metodologia de mediação comunitária, dinamizada por diferentes perfis de pessoas que são convidados a partilhar a sua experiência.

Em Palmela, a Democracia não se limita a ser um sistema de governo - é o ar que se respira na gestão diária da nossa comunidade. Aprofundá-la é um ato de Futuro.

OS «DONS» DE FROEBEL NA COLEÇÃO «ESCOLA PÚBLICA» DO MUSEU MUNICIPAL DE PALMELA

O Museu Municipal de Palmela foi criado em 1986. Segundo o seu Regulamento tem, desde então, como missão «[...] ser um museu reconhecido pela comunidade local, assim como por quem o visita, como um espaço cultural acessível, inclusivo e inspirador, que interpreta o território e o mundo por meio da salvaguarda do património, da sua exposição e dinamização». Mais do que um mero espaço para expor peças de interesse museológico, o Museu é reconhecido pelo seu papel fundamental na salvaguarda da Herança Cultural da Comunidade. Neste sentido, desempenha uma ação fundamental na recolha e na preservação/conservação, inventariação e estudo das suas coleções, mas também enquanto espaço de educação, reflexão e conhecimento (Mairesse, 2024).

Assim, para lá da constituição de espaços expositivos, desde a sua fundação foi também uma preocupação constante a criação de espaços de reservas museológicas. Como em qualquer museu, nestas reservas recolhem-se as peças mais diversas, devidamente classificadas em função das diferentes coleções acolhidas no Museu. Como «peças de museus» elas são, porém, muito mais que isso, pois constituem elementos identitários de uma Cultura e de um Território singular, o do Concelho de Palmela e sua região.

Um dos mais originais espaços de reservas do Museu Municipal de Palmela é constituído pela Reserva Museológica de Aires, criada em 2008, no âmbito do Programa Museológico Municipal. Este Programa visava a incorporação e conservação preventiva dos acervos constituídos pelas coleções de Etnologia recolhidos no Concelho e sua área de influência.

A Reserva Museológica de Aires acolhe mais de 1500 peças, de diferentes origens, morfologias, tipologias, materiais, dimensões e diferentes estados de conservação. Instalada na antiga Escola Primária de Aires, detém uma área total de ocupação de acervos de, aproximadamente, 240m². Presentemente acolhe artefactos da cultura material provenientes de distintas áreas geográficas do Concelho de Palmela (Pereira, 2025: 2). Entre as coleções em reserva salientamos a coleção “Escola Pública”, com mais de 150 peças provenientes justamente da antiga Escola Primária de Aires.



Figura 1 - Antiga Escola de Aires, em 1980 (<https://arquivomunicipal.cm-palmela.pt>)

Podemos dizer que a história da antiga Escola Primária de Aires é muito antiga pois está relacionada com a origem da escola pública portuguesa que remonta à Época Pombalina, isto é, às primeiras décadas da segunda metade do século XVIII. É então que, no contexto do Iluminismo, se cria a primeira rede de ensino público. Pretendia-se então a criação de «[...] aulas de ler, escrever e contar e que eram ministradas por professores régios [...]» (Pimenta, 2006: 21). Todavia, a obrigatoriedade de frequência do então chamado Ensino Primário em Portugal foi estabelecida em 1836, pelo então jovem Poder Liberal, com a reforma de Passos Manuel. A expansão da rede pública do Ensino Primário Oficial, elemento essencial da chamada «Instrução Pública», seria objeto das preocupações das autoridades políticas portuguesas quer durante a Monarquia Constitucional quer da Primeira República. Deve, porém, registar-se o muito deficiente parque escolar dessas épocas, em que as escolas eram esmagadoramente instaladas em casas adaptadas. Assim, para lá de experiências notáveis desenvolvidas em todo o país ao abrigo de diferentes programas construtivos, devidos às autoridades locais, à iniciativa de particulares e mesmo à ação filantrópica de autênticos mecenas, só na década de 1940 as autoridades políticas e educativas portuguesas promoveram um vasto programa de construção de escolas primárias em todo o país, em particular fora dos grandes centros urbanos. Este plano de alcance verdadeiramente nacional desenvolveu-se no âmbito do Plano das Comemorações Centenárias de 1940 (Ribeiro, 2022: 290). Todo o país ficou intensivamente pontuado por imensas escolas primárias, muito típicas e reconhecíveis por todos e que ainda hoje marcam a nossa paisagem construída. É neste contexto que se insere a construção da antiga Escola Primária de Aires, projetada pelo arquiteto Eduardo Moreira dos Santos, de acordo com programas construtivos aprovados em 1944. No âmbito destes programas, a Escola Primária de Aires inseria-se na tipologia "Estremadura", uma das várias abrangidas pelo famoso Plano dos Centenários.

A construção intensiva de edifícios escolares (do Ensino Primário, mas também do Ensino Liceal e Técnico) suscitou a necessidade de equipar as salas de aula com equipamento compatível, moderno, resistente, isto é, mobiliário e o mais diverso material didático. Assim se criou uma linha de mobiliário escolar-tipo, que compreendia cabides (no exterior das salas de aula), carteiras de dois lugares, de tamanho crescente; a secretária e respetiva cadeira para o professor e o quadro de ardósia («quadro preto») – estes apoiados num vasto estrado sempre que possível à largura da sala e com cerca de palmo e meio de altura. Suplementarmente, havia que contar com um armário para material didático (livros didáticos e instrutivos; régua, esquadro e compasso; modelos geométricos; alguns padrões de pesos e medidas; mapas geográficos e outros, bandeira nacional, içada apenas em dias de festa nacional; etc.). Enfim, para lá da presença eventual de lareiras ou salamandras para aquecimento, todas as salas de aula detinham na sua face principal os retratos oficiais do Presidente da República e do Presidente do Concelho e ainda um crucifixo (Féteira, 2013: 94-95).



Figura 2 – Peças do 3.º e do 4.º Dons (2022.03.1791 e 2022.03.1806). Imagem de Bruno Damas

No presente texto focar-nos-emos nos exemplares mais antigos da coleção «Escola Pública», nomeadamente no conjunto de peças em madeira conhecidas como material «Froebeliano» ou «dons de Froebel».

O alemão Friedrich Froebel (1782-1852) foi um dos primeiros educadores a considerar o início da infância como uma fase de importância decisiva na formação das pessoas, criando um conjunto de «dons», utilizado nas escolas primárias portuguesas em meados do século XX. Analisando o valor educativo do jogo enquanto recurso pedagógico do ensino pré-escolar, desenvolveu um conjunto de brinquedos e jogos, propondo 20 «dons» (Kishimoto, 1996).

O material escolar presente na coleção da «Escola Pública» do Museu Municipal de Palmela foi, na sua maioria, adquirido na Fábrica Albino de Matos, Pereiras & Barros, Lda., localizada em Freamunde (Paços de Ferreira). Criada em 1923, é durante as décadas de 30 e 40, sob o regime do Estado Novo, que a fábrica ganha maior desenvolvimento, pois garantiu o fornecimento quase exclusivo de material didático para o «Plano dos Centenários».

Entre o material Froebeliano destaque-se uma peça (2022.03.1791) do «3.º Dom» (de acordo com a inscrição), uma caixa compreendendo no seu interior oito cubos de madeira. É o primeiro dos chamados «Dons de Divisão», e consiste num cubo de madeira que se divide em oito cubos menores idênticos, mostrando que um todo pode ser decomposto em partes e que essas partes podem formar um novo todo, permitindo à criança explorar conceitos matemáticos básicos (adição, subtração, frações simples) e noções de proporção e equilíbrio. Já o «4.º Dom» (inscrito no exterior da peça 2022.03.1806) continua a exploração da divisão, mas introduz a diversidade de formas, com um cubo dividido em 8 prismas retangulares (paralelepípedos), mostrando que um mesmo volume pode ter faces de tamanhos diferentes (em comprimento, largura e altura).

A coleção integra ainda uma peça (2022.03.1933) correspondente ao «8.º Dom», também criado na Fábrica Albino de Matos, Pereiras & Barros, Lda., correspondente a uma caixa com 100 ripas de madeira nas cores do primeiro «Dom»: azul, castanho claro, castanho escuro, azul petróleo, roxo, rosa verde e cor natural da madeira.



Figura 3 - Peças do 8.º Dom (2022.03.1933). Imagem de Bruno Damas

A Reserva Museológica de Aires, (e em particular a sua coleção de material didático – a par do próprio edifício em que se abriga) - detém um papel museológico muito específico no Museu Municipal, enquanto espaço de salvaguarda e de reserva das diversas coleções etnológicas e até didáticas. Trata-se de um verdadeiro acervo patrimonial coletivo, representativo de vivências e sentires de um tempo histórico passado, cuja memória cumpre resgatar. Com efeito, esse património, material (e também imaterial) é um testemunho maior da identidade das diversas «culturas» que confluem e constituem o Mosaico Cultural do território de Palmela: o património móvel, as técnicas tradicionais do «saber-fazer», as tradições orais, a espiritualidade e os seculares rituais de celebração do sagrado e do profano constituem um legado patrimonial de um valor inestimável. Porém, pela sua própria natureza, trata-se de um legado patrimonial muito frágil e por isso cumpre à autarquia, através do Museu Municipal de Palmela, providenciar a sua recolha, conservação, estudo, divulgação e exposição em condições condignas para um público tão alargado quanto possível.

Vitor Pereira
(Museu Municipal de Palmela)

Bibliografia

- FÉTEIRA, João Pedro (2013) – O Plano dos Centenários – As Escolas Primárias (1941 – 1956). Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea apresentada à Universidade Nova de Lisboa (policopiado).
- MAIRESSE, François (2024) - Museum Storage around the World. ICOM (https://icom.museum/wp-content/uploads/2024/05/Report_ICOM-STORAGE_EN_Final-ok.pdf).
- PEREIRA, Vitor (2025) – “A Reserva Museológica de Aires”. In Boletim + Museu. Palmela, n.º 31, p. 2.
- PIMENTA, P. S. P. (2006) - A Escola Portuguesa: Do “Plano dos Centenários” à construção da rede escolar no distrito de Vila Real. Dissertação de mestrado, Universidade do Minho (RepositoriUM. handle.net).
- RIBEIRO, Victor (2022) – “As escolas primárias dos centenários: subsídios para uma história das construções escolares no Algarve”, in OLIVEIRA, A. P. D., et al. (Coords.). Culturas de Escrita: Da Idade do Ferro à Era Digital. Promontoria Monográfica: História do Algarve, 03. Faro: Universidade do Algarve, pp. 289-312.
- KISHIMOTO, Tizuko Morchida (1996) – “Froebel e a concepção de jogo infantil”. In Revista da Faculdade de Educação, São Paulo, v. 22, n. 1, pp. 145-168 (doi.org. Acesso em: 14 abr. 2026).

OLHO DA TELHA (RIO FRIO) – UM CENTRO OLEIRO DE ÉPOCA ROMANA

Introdução

A produção oleira de época romana encontra-se bem evidenciada na nossa região, vocacionada sobretudo para a produção anfórica, com vários centros oleiros localizados estrategicamente nas bacias hidrográficas do Tejo e do Sado, junto de margens sob influência das marés. Esta produção destinava-se a abastecer, com este tipo de contentores, um comércio feito por via marítima à escala do antigo Império Romano, vocacionado para o transporte dos famosos molhos de preparados piscícolas, sendo o *garum* um dos mais apreciados. As respetivas salgas piscícolas situavam-se igualmente nas margens destes rios, em pontos mais a jusante, comparativamente com os centros oleiros. Em Tróia encontramos o principal centro produtor piscícola do Império Romano, onde abundam as grandes *cetárias* - tanques nos quais o peixe de pequeno porte e vísceras de peixe, conjuntamente com sal e ervas específicas, ficavam a macerar até ser atingido um ponto de maturação. Para além de Tróia, também noutros pontos da baixa urbana de Setúbal, na Herdade da Comenda, no Creiro e em Sesimbra foram identificadas pequenas unidades de produção piscícola. No Tejo temos evidência de *cetárias* em Lisboa, designadamente na Rua Augusta, na Casa dos Bicos, no Palácio do Governador e também na margem sul, em Cacilhas.

Deste modo, faz todo o sentido que a produção oleira assumisse proporções verdadeiramente industriais, sempre indissociável da intensa produção de preparados de peixe, cuja atividade alimentou um comércio que perdurou ao longo de cinco séculos, *grosso modo* durante todo o Império Romano.

O território do concelho de Palmela abrange ambas as bacias hidrográficas, beneficiando da presença de centros oleiros romanos em cada uma delas. Zambujalinho é uma importante olaria do Sado, localizado na margem sul da ribeira da Marateca. Intervenções promovidas pelo Museu Municipal de Palmela em 1989, 1992, 1998/9, 2001, 2005, permitiram identificar uma área de laboração com 3 fornos, uma área residencial e uma necrópole. A presença de ânforas de tipologia Dressel 14, Lusitana 3, Almagro 51C atestam uma produção contínua entre os séculos I e IV d.C. Em território de Alcácer do Sal, estão identificados outros centros oleiros com destaque para os da Herdade do Pinheiro, Abul, Bugio, Barrosinha. (Fig.1)

Na bacia do Tejo conhecem-se alguns centros Oleiros como Garrocheira, na margem norte do rio Sorraia (Benavente), Quinta do Rouxinol (Seixal), mas a principal concentração localiza-se nas margens da ribeira das Enguias, afluente da margem esquerda do Tejo. Porto dos Cacos (Alcochete) é o centro produtor que se destaca relativamente aos das imediações, cujos trabalhos arqueológicos decorridos entre 1985 e 1990, permitiram identificar três fornos de cerâmica e uma área de necrópole. Daqui foram exportadas ânforas do tipo Dressel 14, Almagro 50, Almagro 51C e Lusitana 3, comprovando a produção contínua entre os séculos I e V d.C. (Raposo, 1990). Recentes trabalhos de geofísica vieram reforçar a excecionalidade científica do sítio, com a identificação muito segura de 13 novos fornos, a presença de vários edifícios e outras estruturas com funções técnicas integradas na cadeia operatória da olaria e uma maior área da necrópole (Teichner *et al.*, 2024). Para além de Porto dos Cacos, proliferam ao longo destas margens outras olarias como Vale da Palha e Fonte da Raposa (Alcochete) e Olho da Telha (Palmela) (Correia, 2005; Raposo *et al.*, 2022). (Fig.2)

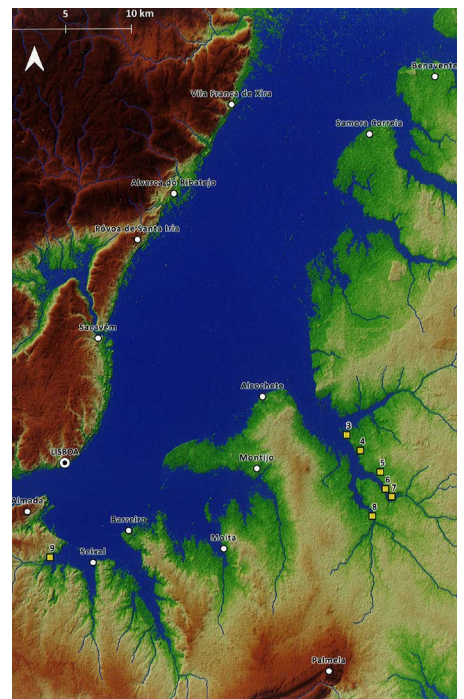


Fig. 1 – Paleogeografia da região estuarina do Tejo. A georreferenciação dos sítios de cronologia romana com atividade oleira confirmada ou presumível, ajusta-se perfeitamente à linha de costa assim obtida e prova a sua íntima relação com a rede hidrográfica. 1. Herdade da Garrocheira (Benavente); 2. Monte dos Condes (Benavente); 3. Fonte da Raposa (Alcochete); 4. Vale Simões (Alcochete); 5. Vale da Palha (Alcochete); 6. Ponte da Caparica (Alcochete); 7. Porto dos Cacos (Alcochete); 8. Olho da Telha (Palmela); 9. Quinta do Rouxinol (Seixal). Base cartográfica em suporte QGIS: Cézer Santos (Raposo *et al.*, 2022: 250)

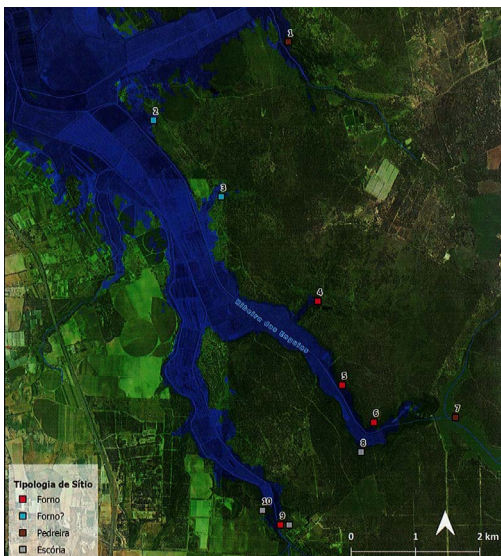


Fig. 2 – Paleogeografia da bacia hidrográfica da Ribeira das Enguias. A georreferenciação dos sítios de cronologia romana com atividade oleira confirmada ou presumível, ajusta-se perfeitamente à linha de costa assim obtida e prova a sua íntima relação com a rede hidrográfica. 1. Santo António d’Ussa; 2. Fonte da Raposa; 3. Vale Simões; 4. Vale da Palha; 5. Ponte da Caparica; 6. Porto dos Cacos; 7. Barragem da Venda Velha V; 8. Sorreirão II; 9. Olho da Telha; 10. Cilha Queimada. Base cartográfica em suporte QGIS: Cézer Santos (Raposo *et al.*, 2022: 256)

O centro oleiro de Olho da Telha

O sítio arqueológico de Olho da Telha foi identificado em 1991 pelos técnicos do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Palmela, na sequência de informações prestadas por funcionários e do então proprietário da Herdade de Rio Frio, que terão detetado vestígios no contexto de trabalhos de extração de areias nas imediações. Localiza-se muito próximo na zona urbana da referida herdade, num declive voltado para a margem de uma linha de água, afluente da Ribeira das Enguias. Há alguns anos, encontrava-se ainda visível parte da estrutura da câmara de combustão de um forno, entretanto ocultada por aterro. Num talude ao lado, regista-se uma entulheira criada pelo depósito de vasilhame, resultante de peças rejeitadas por defeito após o processo de cozedura. Todo o espólio arqueológico de Olho da Telha provém de recolhas efetuadas neste talude. (Fig.3), (Fig. 4), (Fig. 5)

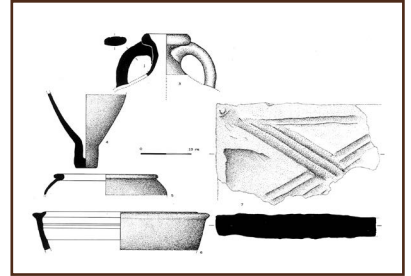
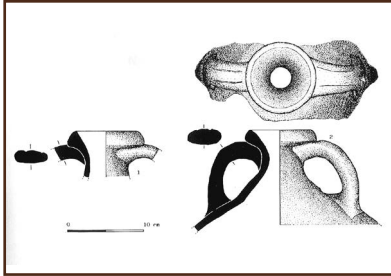


Fig. 3 – Olho da Telha. Talude com entulheira onde foi feita recolha de materiais arqueológicos.

Fig. 4 – Materiais do Olho da Telha (Fernandes, Carvalho, 1995)

Fig. 5 – Materiais do Olho da Telha (Fernandes, Carvalho, 1995)

Visitando esta jazida, torna-se difícil compreender como à época era feito o escoamento da produção oleira, por via fluvial, sobre uma linha de água hoje pouco perceptível, bastante assoreada, repleta de vegetação. Contudo, no início do século XX, num ponto muito próximo de Olho da Telha, esta linha era ainda navegável. Num curioso registo fotográfico de Manuel Giraldes da Silva, podemos ver o carregamento de pipas de vinho proveniente das antigas adegas da Herdade de Rio Frio, sobre uma barca de fundo chato, capacitada para transportar algumas toneladas (Fig.6).



Fig. 6 – Carga de pipas de vinho da Herdade de Rio Frio em vala próxima do sítio romano de Olho da Telha. Foto do início do século XX, coleção fotográfica Manuel Giraldes da Silva, arquivo Biblioteca Municipal do Montijo.

Também sabemos que em época Romana, o nível médio do mar era numa cota ligeiramente superior em relação à atual. Havia entrada de mais água por entre os esteiros do Tejo e seus afluentes, facilitando assim a navegação.

Para além da navegabilidade, necessária para se escoar os produtos, o Olho da Telha reúne as restantes condições fundamentais para a existência dum centro oleiro: barreiros nas proximidades e material combustível para alimentar os fornos.

Constatámos também a existência de alguma escória de ferro associado a este sítio, indiciando o trabalho de forja. Não se trata do único sítio com evidências deste tipo de subproduto. No conjunto de outros sítios nas margens das Enguias, encontramos igualmente estas escórias em Sorrechão II e Cilha Queimada (Correia, 2005) (Raposo *et al.*, 2022: 256). Na região existem alguns pontos onde aflora arenito com grande densidade de ferro, onde este minério poderia ser explorado e transformado. Neste sentido, é muito provável que à época também houvesse trabalho de mineração do ferro, no entanto longe da grande escala da produção oleira.

Espólio cerâmico

Apesar de conhecermos escassos materiais arqueológicos deste sítio, resultantes de prospeção arqueológica, salientam-se três fragmentos de bordo de ânfora, todos classificados na forma de Almagro 51C (Fernandes, Carvalho, 1995: 122/3, 133).

O estudo de materiais que agora apresentamos engloba um conjunto mais vasto, na sua maioria inseridos na forma Almagro 51C, que inclui exemplares de bordo de secção arredondada, bem demarcados na face externa, praticamente sem inflexão na face interna, com paralelos no grupo 2 da Quinta do Rouxinol (Viegas, Raposo, Pinto, 2016). (Fig.7)

A forma Almagro 51C começou a ser produzida nas olarias do Tejo e do Sado a partir do último quartel do século II d.C., prolongando-se até ao século V, tornando-se na ânfora lusitana com maior produção e difusão. De facto, beneficiando da crise produtiva e de exportação dos preparados piscícolas da Bética, as olarias lusitanas conhecem um elevado desenvolvimento a partir do século III.

Apesar das incertezas relativamente ao conteúdo transportado nestas ânforas Almagro 51C, tendo em conta a proximidade dos centros produtores relativamente aos locais onde se produziram preparados de peixe, constitui um forte argumento a favor de um conteúdo piscícola, hipótese que é reforçada pelo achado de escamas de peixes associadas a uma ânfora desta forma no naufrágio Cabrera III (Viegas, Raposo, Pinto, 2016).

Mas no conjunto identificámos ainda um fragmento de bordo que se insere na forma Almagro 50, com bordo esvasado, de secção triangular arredondado, com asas curtas, que iniciam na linha do bordo. Com uma produção entre os séculos III e meados do V d.C., também estes exemplares serviriam para o envase e transporte de preparados piscícolas. Esta hipótese é baseada na relação de proximidade com os centros de produção oleira e as fábricas de preparados de peixe, e na descoberta de ânforas desta forma com conteúdo de sardinhas nos naufrágios L'Anse Gerbal (Port-Vendres 1, França), de finais do século IV, ou Randello (Sicília), igualmente datado do século IV (Bombico, 2017: 23). (Fig.8)

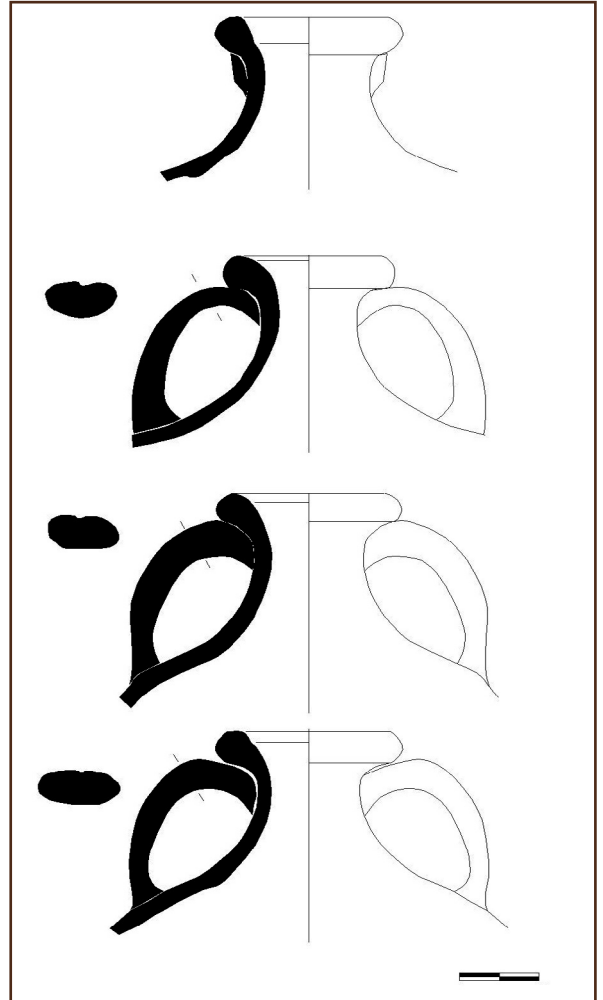


Fig. 7 – Olho da Telha: Almagro 51C

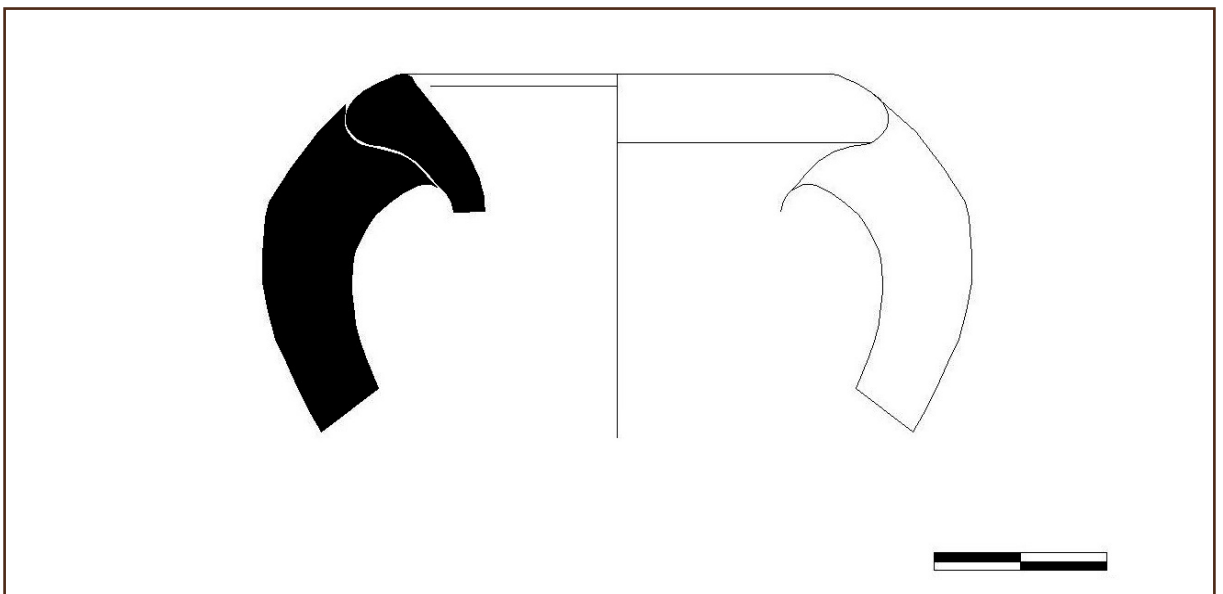


Fig. 8 – Olho da Telha: Almagro 50

Conclusão

As ânforas romanas detinham um papel fundamental na economia, sobretudo no comércio de longa distância, servindo como contentores adaptados sobretudo ao transporte marítimo, crucial para a comercialização da tríade romana produtiva: azeite, vinho e preparados piscícolas. Facilitaram a circulação de mercadorias por todo o Mediterrâneo e Costa Atlântica, sendo encontradas em abundância em locais distantes dos seus centros de produção, o que demonstra a vasta rede comercial romana. Disso são exemplo as ânforas produzidas na região do Tejo/Sado encontradas em *Bracara Augusta* (Morais, 2006: 295-312). Também em Carteia (Algeciras) foram identificadas ânforas produzidas em Porto dos Cacos (Bernal Casasola, 2011: 11-12).

O centro de produção de Olho da Telha beneficiou da sua localização geográfica no período romano. Nas margens da ribeira das Enguias, este centro produtor certamente teria abastecido as oficinas de preparados piscícolas de *Olisipo*, Setúbal e de Troia.

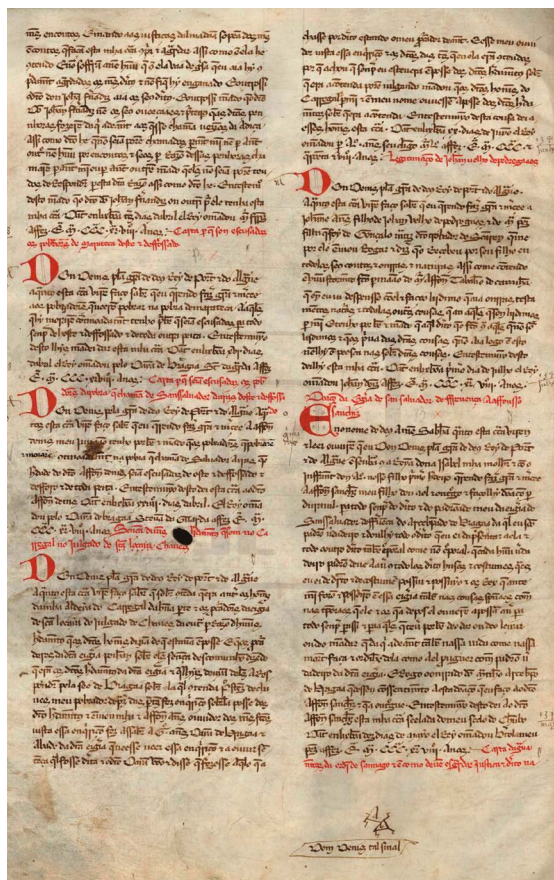
O conhecimento sobre este centro oleiro é ainda muito incipiente, fruto de recolhas de superfície aleatórias. Urge uma investigação mais aprofundada deste centro produtor que terá desempenhado um papel fundamental nas redes de comércio à escala do Império, enquanto local de produção de contentores da “indústria conserveira”.

Miguel Correia
Vitor Pereira
Cláudia Oliveira
(Museu Municipal de Palmela)

Bibliografia:

- BERNAL CASASOLA, D. (2011), “Vinos lusitanos del Porto dos Cacos en Carteia”, *Boletín Ex Officina Hispana*, vol. 3, pp. 11-12
- BOMBICO, S. (2017) - *Salted Fish Industry in Roman Lusitania: Trade Memories Between Oceanus and Mare Nostrum*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- FERNANDES, I. C.; CARVALHO, A. R. (1995) - “Elementos para uma carta arqueológica do período romano no concelho de Palmela”, *Atas das Jornadas sobre Romanização do Estuários do Tejo e Sado*. Lisboa: Câmara Municipal do Seixal / Publicações Dom Quixote, pp. 111-135.
- CORREIA, M. F. (2005) - “Novos dados para a carta arqueológica do concelho de Alcochete”, *Al-Madan*, II (13): pp. 130-132.
- RAPOSO, J. (1990) - “Porto dos Cacos: uma oficina de produção de ânforas romanas no vale do Tejo”. *Ânforas lusitanas: tipologia, produção, comércio*. Conímbriga / Paris: pp. 117-151.
- RAPOSO, J.; CORREIA, M.; SANTOS, M. T.; SANTOS, C. (2022) - “Olaria romana na margem sul do estuário do Tejo: ateliês e produções”. In Fabião, C.; Nozes, C.; Cardoso, G., coords. - *Lisboa romana – Felicitas Iulia Olisipo. A cidade produtora (e consumidora)*. Lisboa: Câmara Municipal, pp. 249-257.
- VIEGAS, C.; RAPOSO, J. M. C.; PINTO, I. V. (2016) - «Almagro 51C (Western Lusitania)», *Amphorae ex Hispania. Landscapes of production and consumption* (<http://amphorae.icac.cat/amphora/almagro-51c-western-lusitania>).
- TEICHNER, F., HERMANN, F. J., QUARESMA, J. C., RAPOSO, J. e CORREIA, M. F. (2024) - “Prospecção geofísica no Porto dos Cacos (Alcochete): novos dados sobre um importante centro anfórico”, *Al-Madan Online*, 27(1), pp. 9-19.
- TEICHNER, F., HERMANN, F. J., QUARESMA, J. C., RAPOSO, J. e CORREIA, M. F. (2025) - “Arqueologia e geofísica no Porto dos Cacos (Alcochete, Portugal): novos dados para uma estratégia de investigação e valorização”. *Atas do Congresso Internacional «Olisipo Entre Mares»*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, pp. 362-380.

ANTT, CHANCELARIA DE D. DINIS, LIV. 3, F. 72V
CARTA DE PRIVILÉGIO AOS MORADORES DA PÓVOA DA MARATECA (PALMELA)
LISBOA, 16.04.1310 [E. 1348]



[...]

Carta per que som escusados os pobradores de Marateca d oste e de fossado

Dom Denis pela graça de deos Rey de Portugal e do Algarve

a quantos esta carta virem faço saber que eu querendo fazer graça e merçee aos pobradores que uerem pobrar na pobra de marateca Aaqueles que hy morarem continuamente tenho por bem que sejam escusados pera todo sempre de hoste e de fossado e de toda outra peita .

En testemuyngo desto lhys mandei dar esta mha carta

Dante en lixbõa xbj dias d abril el Rey o mandou pelo Dayam de Bragaa Steuam da guarda A ffez Era . Millesima . CCC . xlbiiij° .

Anos :

[...]

Um difícil século XIV. Palmela numa encruzilhada: política, economia, sociedade e território

O século XIV é visto tradicionalmente pela historiografia como um período de crise profunda: pestes, muita chuva, muita seca, carestia agrícola, fomes, decréscimo dos quantitativos populacionais. Palmela não constituiu excepção.

Se a segunda metade do século XII ficou marcada pela conquista cristã do território, o século XIII pautou-se pela consolidação administrativa por parte da Ordem de Santiago que, mercê das doações régias de 1186 e de 1236, dominava toda a Península de Setúbal, de Almada até à Ribeira de Canha.

Palmela vivia então um período de crescimento urbano, da sua vila. Assistiu à construção da segunda paroquial, S. Pedro, à afirmação da sede conventual e, por conseguinte, da Ordem de Santiago em território português, convento este que transitaria em 1217 para Alcácer, depois para Mértola e voltando para Palmela apenas nos anos 80 do século XV.

É também neste período que se afirmam os núcleos urbanos satélite, mas ainda dentro dos limites territoriais da comenda.

O seu território era vasto, fazendo uso da antiga circunscrição administrativa islâmica, tocando, a norte, o Tejo através dos territórios de Alhos Vedros e de Santa Maria de Sabonha (entenda-se, Aldeia Galega do Ribatejo e Alcochete), a sul, o Sado, via Setúbal, a este, Canha, Cabrela e Alcácer do Sal, e a oeste, Sesimbra, Coia e Almada.

O crescimento da malha paroquial, acompanhando um período de paz no afã bélico da reconquista, e o investimento fundiário de instituições religiosas lisboetas, como sejam os mosteiros de Santos e de São Vicente de Fora, colaboram para considerar o século XIII como sendo igualmente um período de desenvolvimento e de florescimento de uma economia assente na agricultura e na pecuária, e de consequente aumento dos quantitativos populacionais. O século XIV veio alterar substancialmente este status quo. E, de certa forma, a carta régia que aqui publicamos atesta-o.

Os incentivos ao povoamento dos territórios conquistados ao islão e incorporados na Coroa Portuguesa foram comuns, incluindo-se neste rol as cartas de foral. E podiam ser outorgados quer pelo Rei, quer pelos senhorios, nomeadamente pela Ordem de Santiago.

Na Península de Setúbal, são disto exemplo a carta, vulgo chamada “de povoamento dos Francos”, dada pela Coroa a Sesimbra, no ano de 1199, e os forais de Canha (1235) e de Setúbal (1249), ambos outorgados pela Ordem. Semelhantes nos intentos, representam, porém, realidades distintas. As cartas de incentivo ao povoamento, como a dos Francos ou a da Marateca, testemunham a necessidade de vincular população nesses locais, fruto da importância estratégica dos mesmos. As cartas de foral, por seu turno, atestam a existência de estruturas urbanas, de uma dinâmica institucional já significativa, e considerando até estruturas proto-concelhias, destinando-se a formalizar a existência jurídica de determinado lugar ou vila.

Em 1310, D. Dinis sentia a necessidade de vincular gente a uma área nevrálgica nas fraldas da Península de Setúbal. Recorde-se que nesta época o Rio da Marateca era navegável, e que pela Marateca passava igualmente a estrada real, via de comunicação e de transporte de alimentos e de matérias-primas essencial para o Reino e, sobretudo, para Lisboa.

O local, ermo, não convidaria à fixação em permanência de núcleos familiares. Parece ter sido sucessivamente entregue a gestão privada, estando na posse do comendador de Mértola até 1305, sendo então doado por este ao Mosteiro de Santos, onde se mantém, transitando regularmente de foreiro, até 1510, quando surge já na realidade dual de reguengo da Ordem e de propriedade privada – a quintã – desse mosteiro. A ênfase no termo povoar “contínuamente”, usado por D. Dinis, sugere que tal não ocorreria até então.

O Rei determina, elemento comum às iniciativas de povoamento, a isenção perpétua dos colonos em participar nas iniciativas bélicas, nomeadamente a hoste e o fossado. Numa época em que os recontros militares eram uma constante, e em que era comum o arrolamento de portugueses para batalhas de *reconquista* em Castela (por exemplo, na Batalha do Salado, em 1340), este privilégio de isenção representaria um interessante incentivo, potencialmente garante de estabilidade familiar, crescimento demográfico e desenvolvimento económico local.

Por esta altura, avizinhava-se o desmembramento do território de Palmela. Efectivamente, a autonomização dos territórios do Norte da Península de Setúbal (Alhos Vedros, Alcochete e Aldeia Galega do Ribatejo) ter-se-á formalizado algures entre 1317 e 1326, e sabemos que o procedimento relativo a Setúbal estaria encerrado em 1343.

Esta nova realidade territorial teve igualmente consequências ao nível demográfico, esvaziando a comenda de Palmela do grosso da sua população, mantendo-se apenas o número urbano da vila e os seus casais, *villas* e quintãs dispersos no ainda assim extenso alfoz rural de Palmela. Politicamente, impactou com a perda de influência na região, sobretudo para Setúbal, que ganha uma clara preponderância, reforçada durante o período da Expansão. Economicamente, as consequências foram ainda mais significativas, perdendo Palmela as suas ligações estuarinas e atlântica, bem como a rentável exploração e comercialização do sal. E se as relações já eram tensas com Setúbal, a circulação de produtos e mercadorias entre os dois territórios tornou-se mais complexa, levando a recorrentes queixas dos oficiais de Palmela junto da Coroa. Coroa que, para além do incentivo ao povoamento da Marateca, vai reforçando ao longo do século XIV a autonomia e os privilégios concelhios de Palmela.

Todo este contexto de elevada pressão sobre Palmela, levou a que os agentes económicos locais, nomeadamente a Ordem de Santiago, apostassem num forte desenvolvimento agrícola, investindo na cultura vinhateira como alavanca económica local e, mais para os finais da centúria, também na produção cerealífera, que tinha Lisboa como cliente primordial. A crise de produção teria afectado também Palmela, atestando-o a carta de saca de 1385, autorizando D. João I que Palmela pudesse adquirir mantimentos e cereal em qualquer lugar do Reino.

Uma outra medida, esta com impacto demográfico, terá sido a obrigação de Palmela participar, entre 1373-1376, na construção da muralha fernandina de Lisboa, sendo provável que muitos desses trabalhadores não tenham regressado à vila alcandorada.

Na transição para o século XV, que será tendencialmente de crescimento económico e de reafirmação de Palmela no contexto da própria Ordem de Santiago, sobretudo com o regresso do convento *circa* 1482, Palmela tentava reerguer-se em termos políticos e económicos, estruturada numa realidade social bem organizada (que considerava também a presença de comunidades/núcleos familiares de judeus e muçulmanos), tutelada, numa gestão partilhada com o Concelho, pela Ordem de Santiago.

João Costa

(Historiador. CEH, NOVA; CHAM, Centro de Humanidades, NOVA FCS)
[o autor foi livre de optar ou não pelo Acordo Ortográfico de 1990]

EXPOSIÇÃO «ANGOLA: SABERES EM MOVIMENTO», DO PROJETO KNOW.AFRICA

De 7 de março a 10 de maio, esteve patente na Igreja de Santiago, no Castelo de Palmela, a exposição itinerante *Angola: Saberes em Movimento*, do Projeto KNOW.AFRICA | Redes de conhecimento na África Oitocentista: uma abordagem das Humanidades Digitais dos encontros coloniais e do conhecimento local nas narrativas de expedições portuguesas (1853-1888). Organizada pela Universidade de Évora, o Instituto de História Contemporânea e o IN2PAST – Associate Laboratory for Research and Innovation in Heritage, conta com a curadoria de Sara Albuquerque e Anderson Pereira Antunes.

Esta exposição dá a conhecer a variedade de agentes locais invisíveis - cozinheiros, carregadores, guias, caçadores e ajudantes - envolvidos em quatro expedições científicas portuguesas que percorreram Angola, na segunda metade do século XIX - as expedições de Friedrich Welwitsch (1853-1860), de Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens (1877-1880 e 1884-1885) e de Henrique de Carvalho (1884-1888). Normalmente considerado secundário, o trabalho destes agentes africanos invisíveis foi absolutamente determinante para o êxito das expedições. Enquanto guias, o seu conhecimento do território e das dinâmicas culturais dos seus habitantes, assim como das espécies autóctones, contribuiu decisivamente para a produção de conhecimento e formação das coleções científicas que constituem o património histórico, científico e cultural que se encontra hoje na Europa. Foram, desta forma, agentes essenciais na construção colaborativa do conhecimento científico.

Nos registos* da segunda expedição de Capelo e Ivens, de Angola à Contracosta (1884-1885), encontramos alguns desses contributos:

«Esta eventualidade feliz teve ainda um outro resultado, que foi travarmos relações com um joven africano, António Carlos Maria, que depois **fez connosco a travessia á contra-costa na qualidade de caçador**, e, seja dito sem reбуço, pela sua audácia e energia nas correrias cynegeticas, **dez vezes salvou a expedição de um dos mais desgraçados fins—a morte pela fome!**

Como houvéssemos solicitado do sr. Chaves o obsequio de nos procurar um homem, **conhecedor da língua do paiz**, para n'esta digressão **auxiliar-nos com as informações gentílicas** que precisássemos, apresentou-nos o mancebo já citado, com quem bastaram três dias de convívio para reconhecermos um estimável cavalheiro de não vulgar character; e decidimo-nos a todo o transe a contratal-o para a viagem.» p. 162 Vol I

«Muene Muanja, soba que adiante encontrámos, deu-nos **seis caçadores para guias**, porque, dizia elle, as matas até ao Cunene eram bravas.» p. 179 Vol I

“Quatro espécies ali habitam, segundo parece, deixando de citar uma especial de que **os indigenas muitas vezes nos fallaram**, distincta por não ter defesa alguma, e que julgamos ser mystificação pouco vulgar. Duas, de um pardo escuro, comprehendem os chamados rhinocerontes negros; as outras duas, acinzentadas, abrangem os chamados rhinocerontes brancos. **São accordes os indigenas em declarar o preto** (porque não distinguem as duas espécies) mais pequeno e perigoso, emquanto que o branco, de maior vulto, é mais pacifico, **declaração que nós podemos também corroborar**, por havermos observado os dois, tendo notado com mais frequência estes.» p187 Vol II

«O Cubango é sem duvida um dos mais poderosos afluentes do Zambeze, deixando correr em epochas parte das suas aguas para o sul, como vamos explicar; e se porventura ha conservado a sua direcção media **desconhecida para os geographos**, é isso devido a que, na parte inferior da carreira, tendo de atravessar extensas planicies cobertas de bastas gramineas, serpeia, alarga, subdivide-se, para adiante de novo se unir, e por maneira tão complicada, que com difficuldade se pode dar conta d'ella n'uma só viagem.

E isto, repetimos, **foi corroborado em toda a parte pelas informações dos indigenas**, e assim **no-lo afirmaram também aquelles que connosco aqui fallaram sobre o caso.**» pp. 260, 261 Vol II

Este projeto, com quem o Museu Municipal tem estabelecido parceria pontual dado a sua relação com a figura de Hermenegildo Capelo, nascido no castelo de Palmela, no dia 4 de fevereiro de 1841 e falecido a 4 de maio de 1917, tem toda a pertinência e vem (des)silenciar a participação efetiva e essencial da população africana na produção de conhecimento.

É possível acompanhá-lo através do link: <https://www.knowafrica.uevora.pt/>

O projeto Know.Africa é financiado pela FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia (ref. 2022.01599.PTDC) <https://doi.org/10.54499/2022.01599.PTDC>.

Rute Regula
(Museu Municipal de Palmela)



Angola Saberes em movimento

Ciência e invisibilidades nas expedições portuguesas do século XIX

No contexto da competição pelo controlo do continente africano na segunda metade do século XIX, Portugal organizou várias expedições que combateram objetivos políticos, científicos e económicos. Inventariar os recursos naturais era o primeiro passo na investigação do potencial económico das colónias e as disputas por território entre as potências europeias colocaram a geografia e a cartografia no cerne dos debates. A ciência era, portanto, um elemento fundamental para organizar a expansão colonial europeia.

Embora a História destaque os nomes dos exploradores que as chefiaram, essas expedições foram viabilizadas pelo trabalho de centenas de africanos que foram invisibilizados. Estes agentes locais for-



Caetano - Guia de exploração

mavam extensas redes que incluíam guias, carregadores, capangas e muitos outros que também controlavam os seus conhecimentos sobre rotas, locais e mapas, fomentando o diálogo de conhecimento científico sobre África.

Nesta exposição convidamos a conhecer a variedade de atores envolvidos em quatro das principais expedições científicas portuguesas em África da segunda metade do século XIX e a refletir sobre o papel que tiveram na construção do património histórico, científico e cultural que se encontra hoje na Europa.

O projeto KNOW-AFRICA investiga os relatos dos exploradores portugueses por meio da documentação histórica. Nela, encontramos pistas que revelam quem foram os vários agentes envolvidos nas expedições científicas portuguesas pelo continente africano. Pretendemos revelar como os africanos também contribuíram para a construção do conhecimento e a formação das coleções vivas. Queremos promover uma compreensão mais crítica sobre o papel fundamental das sociedades africanas na História das Ciências.

1853 x 1860
FRIEDRICH WELWITSCH
Expedição Itier Angolense





KnowAfrica

Em agenda...

Biblioteca Municipal de Palmela

Até 31 de março de 2027

EXPOSIÇÃO «50 ANOS DE DEMOCRACIA: CONSTITUIÇÃO E PODER LOCAL DEMOCRÁTICO»

A mostra apresenta uma síntese de como era Portugal e o concelho de Palmela no Estado Novo e aborda matérias como o dia 25 de Abril de 1974, as primeiras eleições livres para a Assembleia Constituinte e o que é a Constituição.

Entrada gratuita (visita sujeita ao horário de funcionamento do espaço)

Informações: 212 336 640 | patrimonio.cultural@cm-palmela.pt

Org.: Câmara Municipal de Palmela



Espaço Cidadão, Palmela

Até setembro de 2026

EXPOSIÇÃO «A ARTE DA TANOARIA»

Entre as coleções do Museu Municipal de Palmela destacam-se as peças da coleção de tanoaria provenientes da oficina de Júlio Augusto da Costa, que laborou em Palmela na primeira metade do século XX, generosamente doadas pelos seus herdeiros em 2005. A tanoaria consiste na produção de contentores em madeira, como barris, pipas ou tonéis, utilizados na conservação e transporte de líquidos, sobretudo do vinho.

Entrada gratuita (visita sujeita ao horário de funcionamento do espaço)

Mais informações: 212 336 640 ou patrimonio.cultural@cm-palmela.pt

Org.: Câmara Municipal de Palmela



Em agenda...

Centro Comunitário de Águas de Moura

De 6 a 30 de maio

Auditório Municipal de Pinhal Novo

De 3 a 30 de junho

EXPOSIÇÃO «A QUESTÃO PALESTINA: O ESSENCIAL»

Esta exposição é um contributo para o conhecimento da história de violência a que tem sido sujeito o povo palestino desde a fundação do estado de Israel. Procura também despertar no visitante o interesse em querer saber mais sobre um drama que pesa fortemente na consciência da comunidade internacional.

Destinatários: Público em geral

Entrada gratuita

Informações/inscrições: 212 336 632 | bibliotecas@cm-palmela.pt

Org.: Câmara Municipal de Palmela

Apoio: Movimento Pelos Direitos do Povo Palestino e Pela Paz no Médio Oriente (MPPT)



2 de maio | 6 de junho | 4 de julho | 1 de agosto

5 de setembro | 3 de outubro | 7 de novembro

VISITAS ORIENTADAS

10h00 – Visita orientada ao Castelo de Palmela | Ponto de encontro – Praça de Armas

11h00 – Visita orientada ao Centro Histórico da Vila de Palmela | Ponto de encontro – Igreja de São Pedro

Entrada gratuita

Informações/inscrições: 21 233 6640 | patrimonio.cultural@cm-palmela.pt (até às 12h00 da antevéspera do dia da visita)

Limite de participantes: mínimo 6, máximo 20

Duração: 1h00 (em cada período)

Org.: Câmara Municipal de Palmela



Em agenda...

16 de maio | 20 de junho | 11 de julho
Castelo de Palmela, Palmela | 20h30

VISITA ENCENADA AO CASTELO

Serviço Educativo do Museu e Biblioteca

A história do Castelo de Palmela contada ao anoitecer, por ilustres personagens do passado!

Destinatários: Famílias | Público em geral

Entrada gratuita, sujeita a inscrição obrigatória

Informações/inscrições: 212336640 | patrimonio.cultural@cm-palmela.pt (até às 12h00 da antevéspera do dia da visita)

Limite de participantes: mínimo 15, máximo 30

Duração: 2h00

Org.: Câmara Municipal de Palmela



23 de maio | 27 de junho | 25 de julho | 22 de agosto
26 de setembro | 24 de outubro | 28 de novembro
Museu - A Estação | 10h00

«NO MEU TEMPO...» CONVERSAS COM FERROVIÁRIOS

Conheça histórias de outros tempos partilhadas por antigos ferroviários.

Entrada gratuita, mediante inscrição prévia.

Informações/inscrições: patrimonio.cultural@cm-palmela.pt

Org.: Câmara Municipal de Palmela



1 de junho

Museu - A Estação | 15h00

5.º ANIVERSÁRIO DO MUSEU-A ESTAÇÃO

“Cholito Jesus Huayano” (Los Toribianos) - No âmbito do Projeto «Laços de Leitura», pelo Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência | Fundação COI

Entrada gratuita

Org.: Câmara Municipal de Palmela

Publicações...

A obra **As Ordens Militares. Do Convento e da Guerra para o Mundo** – *Textos selecionados do IX Encontro sobre Ordens Militares*, foi publicada pelo GEOS – Município de Palmela em dois volumes, com 1252 páginas, e reúne artigos de uma multiplicidade de autores, em várias línguas.

Esses estudos versam sobre as principais ordens em distintas geografias e âmbitos de análise, mostrando o seu impacto nos quotidianos sociais, políticos, administrativos, económicos e culturais europeus, entre os séculos XII e XVIII.

O ambiente social em que os freires se movem é explorado e valorizado no capítulo “Famílias, linhagens e redes”. Na dimensão da guerra, contrapõem-se aspetos de violência e convergência, completados com visões da relação das ordens com *Outro*, incluindo os protagonistas de diferentes credos religiosos. O apartado sobre “As mulheres e Ordens Militares” oferece abordagens sobre as freiras das ordens, mas também sobre as ligações das mulheres laicas e dos conventos femininos das ordens religiosas com as ordens militares.

A dimensão comparativa dos territórios faz-se essencialmente ao nível das estruturas administrativas, com pontos de situação, e a relação das ordens com os vários poderes é tratada com enfoques diversificados. O tema das Ordens de Cavalaria, por seu lado, acrescenta conhecimento sobre a gestão e o valor das mesmas a partir de quinhentos.

Nos domínios da arte, da arqueologia e da cultura apresentam-se trabalhos de grande diversidade, tocando os aspetos culturais e artísticos, os iconográficos e simbólicos ligados à iluminura, a música, a arquitetura religiosa e militar em terras das ordens e o estudo de outras materialidades, nomeadamente as de proveniência arqueológica.

AS ORDENS MILITARES DO CONVENTO E DA GUERRA PARA O MUNDO

COORDENAÇÃO
ISABEL CRISTINA F. FERNANDES



SUMÁRIO

1 | Editorial

2 | 50 anos de Democracia: Constituição e Poder Local

3 | Os «Dons» de Froebel na coleção «Escola Pública»
do Museu Municipal de Palmela

5 | Olho da Telha (Rio Frio) – um centro oleiro de época romana

6 | Carta de privilégio aos moradores da póvoa da Marateca (Palmela)

9 | Exposição «Angola: Saberes em Movimento», do Projeto Know.Africa

10 | Em agenda...

12 | Publicações

CONTACTOS

Museu Municipal de Palmela – Divisão de Bibliotecas e Património Cultural (DBPC)
Câmara Municipal de Palmela
Largo do Município
2951-504 PALMELA
Telefone: 21 233 6640 | E-mail: patrimonio.cultural@cm-palmela.pt

FICHA TÉCNICA

Edição: Câmara Municipal de Palmela | Coordenação editorial: Teresa Sampaio
Colaboram neste número: Ana Margarida Bichinho, Cláudia Oliveira, Isabel Cristina
Fernandes, João Costa, Miguel Correia, Rute Regula, Vitor Pereira
Colabora no Suplemento a equipa do Serviço Educativo, sob coordenação de Rute Regula
Design: Joana Oliveira | Impressão: Espírito de Papel (1500 exemplares)
ISBN: 927-8497-27-X | Depósito legal: 196394/03